

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.810.888 - RS (2019/0116295-7)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : BANCO RCI BRASIL S.A  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RS074909A  
RODRIGO FRASSETTO GOES - AL012834A  
**RECORRIDO** : CARLOS RENE OLIVEIRA RODRIGUES  
**ADVOGADOS** : TIAGO SANGIOGO - RS072814  
ARLEN JEFFERSON DE SOUZA - RS101936

### **EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. CONSTITUIÇÃO EM MORA. NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. ENVIO PARA O ENDEREÇO DECLINADO NO CONTRATO. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.*

### **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por BANCO RCI BRASIL em face de acórdão do TJRS, assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO NÃO ENTREGUE NO ENDEREÇO DO DEVEDOR. INVALIDADE. EXTINÇÃO DA AÇÃO. INVIÁVEL A EMENDA DA INICIAL.*

*Notificação não entregue no endereço do devedor constante no contrato, desatendendo, pois, o disposto no art. 2º, §2º, do Decreto -Lei nº 911/69. Invalidade do ato. Ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo (art. 485, inc. IV, do CPC/15). Extinção da presente ação, ainda que por fundamento(s) diverso(s) da sentença. Outrossim, incabível a emenda a inicial, pois a notificação prévia é requisito para constituição em mora do devedor.*

*APELAÇÃO IMPROVIDA.*

No recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, o recorrente apontou, além do dissídio jurisprudencial, ofensa ao artigos 2º, § 2º, e 3º, do Decreto-Lei nº. 911/1969, sustentando a regularidade da notificação extrajudicial enviada para o

# *Superior Tribunal de Justiça*

endereço fornecido pelo recorrido, ato que o constituiu em mora. Aduziu, ainda, que a notificação não foi recebida unicamente em razão da omissão do devedor quanto ao dever de informação dos endereços, tendo retornado pelo motivo "ausente".

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso merece provimento.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "em se tratando de alienação fiduciária, a mora do devedor poderá ser comprovada por meio de protesto de título ou notificação extrajudicial realizada por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos, entregue no endereço declinado no contrato, sendo dispensada a notificação pessoal" (AgRg no Aresp 673.820/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, Dje 17/08/2015).

Nesse sentido:

**AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CONSTITUIÇÃO EM MORA. NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. ENVIO PARA O ENDEREÇO DECLINADO NO CONTRATO. FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE ATAQUE ESPECÍFICO.**

**1. A prova do recebimento da notificação pelo devedor não é necessária para a constituição em mora, bastando que seja enviada ao endereço declinado no contrato. Precedentes.**

**2. Nos termos do artigo 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil/2015 e da Súmula 182/Superior Tribunal de Justiça, é inviável o agravo interno que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.**

**3. Agravo interno a que se nega provimento.**

**(AgInt no AREsp 1125547/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe 28/03/2019)**

**AGRAVO INTERNO. BUSCA E APREENSÃO DE BEM OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. MORA EX RE. NOTIFICAÇÃO. NECESSÁRIA APENAS À COMPROVAÇÃO PARA AJUIZAMENTO DA AÇÃO E DEFERIMENTO DA LIMINAR. DOMICÍLIO. ATUALIZAÇÃO,**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*EM CASO DE MUDANÇA. DEVER DO DEVEDOR. ENVIO DE NOTIFICAÇÃO PARA O ENDEREÇO CONSTANTE DO CONTRATO. FRUSTRAÇÃO, EM VISTA DA DEVOLUÇÃO DO AVISO DE RECEBIMENTO, COM ANOTAÇÃO DE MUDANÇA DO NOTIFICADO. CUMPRIMENTO PELO CREDOR DA PROVIDÊNCIA PRÉVIA AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, QUE PODERIA SER-LHE EXIGÍVEL. [...]*

*2. A moderna doutrina, ao adotar a concepção do vínculo obrigacional como relação dinâmica, revela o reconhecimento de deveres secundários, ou anexos, que incidem de forma direta nas relações obrigacionais, prescindindo da manifestação de vontade dos participantes e impondo ao devedor, até que ocorra a extinção da obrigação do contrato garantido por alienação fiduciária, o dever de manter seu endereço atualizado. Precedente.*

*3. "A mora decorre do simples vencimento, devendo, por formalidade legal, para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, ser apenas comprovada pelo credor mediante envio de notificação, por via postal, com aviso de recebimento, no endereço do devedor indicado no contrato" (REsp 1592422/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 22/06/2016).*

*4. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no REsp 1.771.864/SE, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 30/05/2019, DJe 04/06/2019)*

No caso dos autos, o Tribunal de origem, afastou o reconhecimento da mora, mantendo a sentença que extinguiu a ação de busca e apreensão, porquanto a notificação, em que pese enviada ao endereço constante do contrato, não teria sido entregue ao destinatário pelo motivo "ausente" (fl. 67).

Portanto, o Tribunal de origem decidiu em desacordo com o entendimento pacífico do STJ, razão pela qual merece reforma.

**Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial para reconhecer a validade da notificação extrajudicial objeto da presente demanda, determinando o retorno dos autos à origem para que se prossiga no julgamento da lide como entender de direito.**

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

